

SILENCIAMENTO, AGÊNCIA E ESCRITA DA HISTÓRIA: HORACIO LARA E AS NARRATIVAS MAPUCHE ENTRE O COLONIAL E O NACIONAL

SILENCING, AGENCY, AND THE WRITING OF HISTORY: HORACIO LARA AND MAPUCHE NARRATIVES BETWEEN THE COLONIAL AND THE NATIONAL

Saulo José Mello da Silva¹

Resumo: Este artigo examina a *Crónica de la Araucanía* (1888-1889), de Horacio Lara Marchant, por meio da leitura integral de seus dois tomos, de seus paratextos e de uma amostragem estratificada da recepção entre 1889 e 2024. Analisa-se em que medida a obra pode ser definida como contranarrativa à historiografia nacional chilena e quais limites cercam a hipótese de seu silenciamento. Os resultados indicam que Lara reconheceu a soberania e a agência diplomática mapuche, mas enquadrou esse reconhecimento em categorias civilizatórias e em uma teleologia territorial. A recepção posterior oscilou entre celebração patriótica, apropriação documental e crítica da narrativa nacional. Sustenta-se, assim, que a obra constitui contranarrativa parcial, com circulação desigual e sentidos historicamente disputados.

Palavras-chave: Agência mapuche; Historiografia chilena; Recepção historiográfica.

Abstract: This article examines Horacio Lara Marchant's *Crónica de la Araucanía* (1888-1889) through a close reading of its two volumes and paratextual materials, combined with a stratified sample of evidence concerning its reception between 1889 and 2024. The analysis assesses the extent to which the work may be understood as a counter-narrative to Chilean national historiography and the limits of the silencing hypothesis. The results indicate that Lara acknowledged Mapuche sovereignty and diplomatic agency while framing that recognition within civilizational categories and a teleology of territorial integration. Later reception ranged from patriotic celebration and documentary appropriation to criticism of the national narrative. The article argues that the work constitutes a partial counter-narrative whose circulation was uneven and whose meanings were historically contested.

Keywords: Mapuche agency; Chilean historiography; Historiographical reception.

¹ Pós-graduando em História na modalidade Mestrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), <http://lattes.cnpq.br/0441545225358367>, <https://orcid.org/0009-0004-5280-4454>. E-mail: saulojf2017@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A escrita da história nacional constituiu, no século XIX latino-americano, um dos dispositivos de produção de legitimidade dos Estados recém-independentes. Ao ordenar acontecimentos, estabelecer continuidades e fixar sujeitos representativos da comunidade política, as histórias nacionais participaram da elaboração de memórias relativamente homogêneas e da exclusão de experiências que não se ajustavam aos projetos dominantes de nação (Annino; Guerra, 2003). No Chile, essa operação incidiu de modo particular sobre os mapuche e sobre a Araucanía, território que preservou ampla autonomia política ao sul do rio Biobío até a segunda metade do Oitocentos. A ocupação militar conduzida pelo Estado chileno, consagrada no vocabulário oficial como *Pacificación de la Araucanía*, foi acompanhada por discursos que converteram a expansão territorial em realização do progresso e representaram a presença indígena por meio da oposição entre *civilização* e *barbárie* (Pinto Rodríguez, 2003; Seixlack, 2018).

Foi nesse contexto que Horacio Lara Marchant (1860-1897), jornalista, intelectual liberal e agente vinculado à administração da fronteira, publicou os dois tomos da *Crónica de la Araucanía: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica: leyenda heroica de tres siglos*. O primeiro volume apareceu em 1888 e o segundo, em 1889. A extensão cronológica da obra, o conjunto heterogêneo de documentos mobilizados e o espaço concedido à resistência, aos parlamentos e às lideranças mapuche distinguem a *Crónica* de formulações que descreviam a Araucanía apenas como vazio territorial ou foco de uma barbárie a ser extinta. Ao mesmo tempo, o próprio título da obra, sua arquitetura narrativa e seu vocabulário inscrevem o relato no horizonte político e civilizatório do Estado chileno.

Essa coexistência de deslocamento e continuidade constitui o problema central do artigo. Em vez de pressupor que a *Crónica* foi uma narrativa integralmente contra-hegemônica e depois deliberadamente apagada, o problema consiste em determinar contra quais enunciados da historiografia nacional a obra de Lara se posicionou, por meio de quais operações documentais produziu agência mapuche, em que aspectos permaneceu vinculada ao paradigma civilizatório oitocentista e até que ponto as evidências disponíveis sustentam a hipótese de silenciamento posterior.

A revisão do problema é necessária porque recepção, circulação material, consagração disciplinar e apropriação interpretativa não são fenômenos equivalentes. Uma

obra pode permanecer disponível em acervos e ser citada como repositório factual sem que sua hipótese política adquira centralidade. Inversamente, a ausência de reedições ou a baixa frequência de citações não demonstram, por si mesmas, uma intenção coordenada de exclusão. A noção de silenciamento formulada por Michel-Rolph Trouillot (1995) é empregada como instrumento para identificar assimetrias nos momentos de produção, arquivamento, recuperação e atribuição de significado ao passado, e não como prova antecipada de um ato intencional do cânone.

A hipótese defendida é que a *Crónica* elaborou uma contranarrativa parcial, pois tensionou a narrativa de uma incorporação natural do território ao reconhecer a soberania e a capacidade diplomática mapuche, mas também ordenou esse passado pelo subtítulo *leyenda heroica de tres siglos* e pelo encerramento produzido pela vitória estatal. Sua recepção posterior não autoriza falar em desaparecimento completo. Os indícios consultados apontam para uma presença descontínua e para usos heterogêneos: celebração patriótica, classificação etnográfica, emprego como fonte da ocupação e crítica de sua teleologia nacional.

A categoria de contranarrativa designa, neste estudo, uma relação historicamente situada, e não uma identidade política absoluta. A identificação de uma contranarrativa depende, portanto, do repertório narrativo que ela contesta. A *Crónica* opera como contranarrativa na medida em que contradiz enunciados específicos do nacionalismo territorial — sobretudo a ideia de que o Chile apenas pacificou uma região interna e politicamente vazia —, reconhece a historicidade dos mapuche e incorpora documentos que registram sua ação. Ela deixa de cumprir essa função quando converte a derrota indígena em fechamento necessário da longa duração, adota categorias hierarquizantes e integra a ocupação ao destino territorial da República. Essa definição permite analisar a ambivalência sem idealizar o autor.

O artigo está dividido em duas partes principais. A primeira explicita fontes, recorte e procedimentos metodológicos. A segunda apresenta os resultados e a discussão em quatro movimentos: a posição de Lara entre o liberalismo provincial e o aparato estatal; a composição da contranarrativa e seus limites civilizatórios; as evidências de recepção e os limites da hipótese de silenciamento; e o tratamento dos parlamentos como índice da agência diplomática mapuche. A conclusão sintetiza os resultados e indica o que ainda depende de uma pesquisa sistemática de história editorial e recepcional.

MATERIAL E MÉTODOS

O *corpus* principal é constituído pelos dois tomos da *Crónica de la Araucanía* (Lara, 1888, 1889). A análise abrangeu o texto integral, o título e os subtítulos, as dedicatórias, a carta de Domingo Coñuepan, os prólogos e o paratexto *Juicio de la prensa*. Os paratextos foram tratados como parte da estratégia de legitimação da obra: informam sobre a rede de interlocução apresentada pelo autor, sobre a recepção que Lara decidiu tornar visível e sobre as autoridades mobilizadas para validar seu relato. Não foram considerados amostra representativa de toda a recepção contemporânea, pois sua seleção e disposição resultaram de decisões editoriais do próprio autor.

A leitura foi organizada por três eixos. O primeiro reuniu as designações de território e estatuto político — *país, independencia, nación, frontera e límites* — para examinar quando a Araucanía aparece como unidade política e quando é reinscrita no espaço nacional chileno. O segundo acompanhou o vocabulário da ocupação — *conquista, pacificación, civilización, barbarie, raza e guerra* — com o objetivo de identificar mudanças e coexistências no julgamento de Lara. O terceiro observou a seleção e a hierarquização documental: quais vozes são transcritas, em que posição aparecem, por quem são apresentadas e como o narrador reassume o controle interpretativo depois da citação.

Os excertos discutidos foram escolhidos por dois critérios combinados: a recorrência das categorias nos dois volumes e sua densidade analítica para o problema da soberania e da integração territorial. A carta de Coñuepan, a caracterização da Araucanía como *país verdaderamente independiente*, a interpretação do Parlamento de Quilín e a descrição do encerramento da campanha de Villarrica não foram tomadas como frases isoladas. Elas foram relacionadas à sequência narrativa em que aparecem e confrontadas entre si. O procedimento permite verificar o conteúdo de cada passagem e a forma pela qual enunciados aparentemente incompatíveis são articulados pela estrutura da obra.

A crítica externa concentrou-se nas condições de produção e edição: a publicação em dois tomos pela Imprensa de El Progreso, a inserção de Lara no mundo jornalístico de Concepción e da fronteira, o acesso a documentos militares e a mediação de agentes associados à ocupação. A crítica interna examinou autoria, posição do narrador, vocabulário, temporalidade e função das citações. A referência de Manuel Ravest Mora ao acesso concedido por Cornelio Saavedra a seu arquivo, às conversas mantidas com Lara e à revisão dos originais pelo militar é especialmente relevante (Ravest Mora, 2009, p. xvii-

xviii). Em lugar de invalidar a *Crónica*, esse dado exige examinar como a proximidade com o aparato ocupante ampliou o arquivo disponível e, simultaneamente, condicionou a narrativa.

Para o problema da recepção, adotou-se uma amostragem exploratória e estratificada, não um levantamento bibliométrico exaustivo. O primeiro estrato reúne a recepção contemporânea reproduzida por Lara e uma resenha externa publicada no México em 1889. O segundo observa a classificação da obra em uma bibliografia antropológica de 1911. O terceiro acompanha usos historiográficos em Bengoa (2000), Pinto Rodríguez (2003), Ravest Mora (2009), Huenchullán Arrué (2013), Contreras Painemal (2021) e Perucci González (2024). O quarto considera a leitura crítica de Triviños (2003), retomada por Correa-Díaz (2008). O quinto reúne registros de preservação e acesso do Fondo Bibliográfico Valentín Letelier (2017) e do Archivo Histórico de Concepción (2019). A combinação permite comparar modalidades de apropriação sem convertê-las em uma série quantitativa contínua.

Essa limitação metodológica integra o argumento. Não se estabelecem o número total de exemplares preservados, a distribuição geográfica completa da obra, sua presença em programas universitários ou a frequência anual de citações. Também não se infere intencionalidade a partir de ausência. A demonstração de um programa ativo de exclusão exigiria séries documentais adicionais — catálogos históricos comparados, correspondência editorial, políticas de coleção, inventários de bibliotecas, reedições e usos didáticos — que ultrapassam o corpus. A amostra sustenta conclusões qualitativas sobre formas de recepção, não uma medida global de impacto.

A aproximação com a micro-história é delimitada como procedimento de variação de escala. A análise reduz a observação a um autor, a dois volumes e a alguns circuitos documentais para formular perguntas sobre a relação entre historiografia, poder estatal e agência indígena. Em seguida, varia a escala entre trajetória, texto, campo historiográfico e formação territorial do Estado (Revel, 2010; Levi, 2023). Não se pretende reconstruir exaustivamente uma comunidade, uma rede social ou a totalidade biográfica de Lara. Por isso, a micro-história funciona como inspiração para o controle da escala e para a atenção aos indícios, e não como filiação metodológica totalizante.

Por fim, colonialidade do poder, ecologia de saberes, epistemicídio, justiça cognitiva e cosmopolítica são categorias analíticas contemporâneas. Elas não são atribuídas a Lara

nem utilizadas para reconstruir suas intenções. Quijano (2000), Santos (2014) e Seixlack (2024) fornecem categorias para examinar hierarquias de sujeitos, saberes e mundos históricos; sua pertinência depende da demonstração documental em cada caso. A presença conjunta de uma carta indígena e de um relatório militar não estabelece equivalência epistêmica entre as vozes. É necessário observar quem seleciona, enquadra e encerra cada documento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

HORACIO LARA ENTRE A FRONTEIRA E O APARATO ESTATAL

Segundo o *Diccionario biográfico de Chile*, de Pedro Pablo Figueroa (1897), Horacio Lara nasceu em Concepción, em 1860, em uma família ligada ao jornalismo. Seu pai, Manuel Jesús Lara, participou da fundação de *La Revista del Sur*. A formação de Lara foi marcada pelo associativismo literário, pela imprensa e pelo liberalismo político. Ainda jovem, participou de círculos literários e construiu uma trajetória de publicista. O apoio posterior ao presidente José Manuel Balmaceda, durante a guerra civil de 1891, resultou em perseguição, prisão e destruição de sua oficina tipográfica. Lara morreu em 1897, aos 37 anos.

Essa biografia sustenta a imagem de um intelectual provincial e politicamente engajado, mas não basta para definir sua posição diante da ocupação da Araucanía. A escrita da *Crónica* também dependeu de sua inserção em *Angol* e de relações com autoridades, militares, jornalistas e proprietários associados à nova ordem regional. A fronteira não era apenas um ponto de observação externo ao Estado. Era um espaço em processo de administração, colonização, reorganização fundiária e produção de arquivos. A localização de Lara dentro desse espaço lhe deu acesso a informações e interlocutores, mas o situou no interior da estrutura que descrevia.

O dado deve ser enfatizado porque a versão inicial do argumento convertia a posição liminar do autor quase exclusivamente em condição de dissidência. Ravest Mora informa que Cornelio Saavedra forneceu seu arquivo a Lara, conversou com ele e revisou os originais; acrescenta ainda que a obra foi financiada por José Bunster, empresário atuante na região incorporada à economia nacional (Ravest Mora, 2009, p. xvii-xviii). A *Crónica*, portanto, não surgiu à margem dos agentes da ocupação. Sua base documental foi, em parte, possibilitada por eles.

Essa mediação não reduz a obra a porta-voz de Saavedra. O acesso ao arquivo militar podia produzir resultados que escapavam ao interesse apologético de seus detentores. Relatórios, correspondências e registros de parlamentos preservavam conflitos, negociações e reconhecimentos tácitos da autoridade mapuche. Ao organizá-los em uma narrativa de três séculos, Lara tornou visíveis elementos que desestabilizavam a ideia de ocupação como simples extensão administrativa sobre um território nacional preexistente. Ao mesmo tempo, o arquivo recebido delimitava o campo de visão: predominavam documentos produzidos, traduzidos ou preservados por instâncias coloniais e republicanas.

O contexto imediato de publicação foi a consumação da ocupação militar e da reorganização territorial da Araucanía. Intensificado desde a década de 1860, o processo combinou avanço de linhas militares, fundação ou refundação de cidades, colonização, redefinição jurídica da terra e integração econômica. A oposição entre *civilização* e *barbárie* converteu a conquista em imperativo moral e atribuiu ao Estado o papel de agente do progresso (Pinto Rodríguez, 2003; Seixlack, 2018). O discurso de Benjamín Vicuña Mackenna à Câmara dos Deputados, em 1868, oferece um contraponto expressivo: caracteriza os mapuche como bárbaros e apresenta a fronteira do Biobío como obstáculo artificial e vergonhoso à expansão (Vicuña Mackenna, 1868, p. 1).

Lara altera pontos importantes desse enquadramento, mas não se separa inteiramente dele. Seu diferencial não reside em abandonar toda linguagem civilizatória. Consiste em documentar que o território possuía limites reconhecidos, instituições diplomáticas e sujeitos capazes de agir politicamente; em registrar a violência e o sofrimento produzidos pelo avanço; e em narrar a ocupação como conflito entre vontades políticas. A contradição entre esses elementos e a celebração final da integração nacional é constitutiva da obra, não um ruído que possa ser eliminado escolhendo apenas as passagens mais favoráveis aos mapuche.

CONTRANARRATIVA, SELEÇÃO DOCUMENTAL E AMBIVALÊNCIA

A primeira operação contranarrativa da *Crónica* ocorre na seleção dos sujeitos autorizados a falar. No início do primeiro tomo, Lara reproduz uma carta de Domingo Coñuepan que associa a preservação da memória dos mártires à pátria de Arauco (Lara, 1888, t. 1, p. XI). A formulação enuncia pátria, martírio, liberdade e posteridade a partir da voz de uma liderança mapuche. Em uma historiografia que frequentemente transformava

os indígenas em objeto do avanço estatal, a presença desse documento desloca a distribuição da autoridade narrativa.

O deslocamento, contudo, precisa ser descrito com precisão. A carta não ingressa em um espaço neutro nem recebe automaticamente o mesmo estatuto dos documentos estatais. Lara decide publicá-la, escolhe sua posição como paratexto e a mobiliza também como legitimação de sua própria obra. A voz mapuche é preservada e adquire visibilidade, mas permanece enquadrada por um projeto autoral. Essa dupla função impede tanto a redução da carta a ornamento quanto sua celebração como equivalência epistêmica plena.

A segunda operação está na definição do estatuto político da Araucanía. Lara afirma que, até a década de 1860, ela “*permanecía siempre en el estado de un país verdaderamente independiente*” e que seus limites tradicionais continuavam situados entre o Biobío e o Toltén (Lara, 1889, t. 2, p. 241). O enunciado não descreve apenas resistência cultural. Ele reconhece território, fronteira e independência. Desse ponto de vista, o avanço republicano deixa de ser mera pacificação de uma província interna e pode ser lido como conquista de um espaço politicamente autônomo.

É nesse sentido específico que a *Crónica* funciona como contranarrativa à naturalização nacionalista do território. A obra registra a coexistência histórica de unidades políticas, mostra que autoridades coloniais e republicanas negociaram com lideranças mapuche e preserva documentos nos quais a soberania não aparece como invenção retrospectiva. Seu argumento rompe com a imagem de uma continuidade territorial chilena que teria existido sem contestação desde a independência.

A ruptura não é completa. A organização dos dois tomos conduz a longa história de autonomia ao encerramento anunciado no título: *pacificación definitiva e campaña de Villa-Rica*. O subtítulo *leyenda heroica de tres siglos* eleva a resistência, mas também a converte em passado épico concluído. O reconhecimento da soberania é, assim, compatível com uma temporalidade que reserva ao Estado nacional o presente e o futuro. A agência mapuche é valorizada sobretudo como grandeza histórica de um ciclo que a narrativa considera terminado.

O vocabulário confirma a ambivalência. Em passagens do segundo tomo, Lara estrutura os movimentos chileno e argentino pela antinomia entre *civilización* e *barbarie* (Lara, 1889, t. 2, p. 415). Esse enquadramento mantém uma hierarquia temporal em que a

expansão estatal representa o futuro e a autonomia indígena é deslocada para um passado destinado a terminar.

Ao encerrar a campanha de Villarrica, Lara apresenta a cidade como ocupada e vencida, afirma que o avanço completava os limites naturais do território nacional e descreve o conflito por meio de uma taxonomia racial aplicada ao povo que resistira à conquista (Lara, 1889, t. 2, p. 438).

A formulação reúne admiração e subordinação. A duração da resistência é reconhecida, mas os limites do Estado são naturalizados retrospectivamente; a coerção militar é registrada e, ao mesmo tempo, convertida em realização nacional. O texto não apenas lamenta a derrota mapuche: incorpora-a a uma teleologia estatal.

Essa passagem também impede apresentar Lara como autor decolonial antes do tempo. Seu relato amplia a visibilidade da política mapuche, mas conserva taxonomias raciais e civilizatórias, atribui centralidade ao Estado e aceita o fechamento militar como conclusão da história narrada. A potência documental da *Crónica* deriva justamente dessa tensão: o arquivo que sustenta a integração contém evidências da soberania que a integração destruiu.

A noção de saber localizado, de Donna Haraway (1995), contribui para analisar essa posição sem substituir a fonte por um julgamento moral retrospectivo. O conhecimento produzido por Lara depende de sua localização social, geográfica e institucional. A proximidade da fronteira e o acesso aos agentes da ocupação tornam certas evidências observáveis e outras menos acessíveis. Do mesmo modo, as narrativas de Vicuña Mackenna não representam uma visão universal da história chilena, mas a perspectiva de setores comprometidos com a expansão territorial.

O conceito de ecologia de saberes, de Boaventura de Sousa Santos (2014), pode ser utilizado como instrumento para examinar a composição documental. A *Crónica* aproxima cartas de caciques, documentos da Coroa, relatórios militares e correspondência administrativa. Essa pluralidade rompe a homogeneidade de um arquivo exclusivamente estatal. Não há, porém, base para afirmar que Lara reconheça igualdade entre sistemas de conhecimento. A forma impressa, o comentário do narrador e a hierarquia de fontes permanecem sob controle do autor. É mais preciso falar em heterogeneidade documental com efeitos desestabilizadores do que em uma ecologia de saberes já constituída.

O mesmo cuidado vale para colonialidade do poder e epistemicídio (Quijano, 2000; Santos, 2014). Esses conceitos iluminam a continuidade de hierarquias coloniais na formação republicana, mas não devem ser convertidos em intenções de Lara. A análise documental mostra como o Estado classifica sujeitos, territorializa a diferença e subordina outras formas políticas. Ela não demonstra que o autor tenha formulado uma crítica sistemática a essas estruturas.

Essa delimitação responde ao principal contraponto da recepção crítica, Triviños (2003), cuja formulação é retomada por Correa-Díaz (2008), lê a *Crónica* como reorientação anti-ercillana: a violência fundadora denunciada em *La Araucana* seria subordinada ao elogio dos agentes da pacificação. A crítica identifica a macroestrutura teleológica e impede classificar o livro como contranarrativa integral. O argumento aqui desenvolvido situa o deslocamento em outra escala: passagens que reconhecem fronteiras, independência e negociação contradizem enunciados específicos da territorialidade nacional, embora o desfecho as reabsorva. A categoria descreve operações locais de tensão interna, não o sentido político total da obra.

Definida de modo relacional e multiescalar, a contranarrativa de Lara possui três alcances comprováveis. Primeiro, contesta a ideia de vazio político ao nomear a independência da Araucanía. Segundo, documenta a agência mapuche por cartas, resistências e negociações. Terceiro, torna a própria ocupação legível como guerra e conquista, ainda que conserve o termo pacificação. Seus limites também são três: o enquadramento autoral das vozes indígenas, a persistência do léxico civilizatório e racial e a inscrição da derrota em uma narrativa de conclusão territorial da República.

RECEPÇÃO, CIRCULAÇÃO E LIMITES DA HIPÓTESE DE SILENCIAMENTO

Trouillot (1995) distingue quatro momentos nos quais o poder participa da produção histórica: criação dos fatos, composição dos arquivos, recuperação dos fatos e atribuição retrospectiva de significado. A distinção evita reunir processos diferentes sob o conceito de silenciamento. No caso de Lara, cada momento exige evidências próprias.

Na criação dos fatos, a demonstração é interna à *Crónica*. A escolha de cartas, tratados e registros de parlamentos torna historicamente disponíveis a formulação de uma pátria araucana, a delimitação territorial e a negociação entre autoridades. Também há silêncios na própria obra. Como a documentação é majoritariamente mediada pela escrita colonial e estatal, experiências que não ingressaram nesses circuitos permanecem menos

visíveis. A *Crónica* não é exterior ao processo descrito por Trouillot; ela produz presenças e ausências.

A recepção contemporânea identificada fora dos paratextos amplia a base empírica. Em 1889, a *Revista Nacional de Letras y Ciencias*, publicada no México, registrou o recebimento do primeiro tomo, destacou a reconstrução histórica da nacionalidade araucana e reproduziu a carta de Domingo Coñuepan. Embora favorável, a resenha enquadrou o livro como obra patriótica destinada a ampla circulação (*Crónica* [...], 1889, p. 206-208). O registro comprova a circulação transnacional inicial e um acolhimento favorável independente da seleção feita por Lara. Também mostra que a valorização da resistência podia ser assimilada a uma gramática épico-patriótica, sem romper com a teleologia da integração.

Em 1911, a obra ingressou em outro circuito. Porter (1911, p. 422) incluiu os dois tomos em sua bibliografia chilena de antropologia e etnologia, mas destacou o primeiro volume pelas informações sobre origem e costumes mapuche. A classificação comprova reconhecimento disciplinar precoce, enquanto o critério seletivo desloca o livro da controvérsia sobre soberania para o repertório etnográfico. Trata-se de uma modalidade de apropriação documental, não de ausência.

A preservação material tampouco autoriza a hipótese de exclusão total. Os dois volumes aparecem no catálogo do Fondo Bibliográfico Valentín Letelier, cada um com registro próprio (Fondo Bibliográfico Valentín Letelier, 2017, p. 195), e cópias digitalizadas estão disponíveis no Archivo Histórico de Concepción (2019). Esses dados demonstram preservação e acesso em acervos determinados, sem permitir estimar o número de exemplares existente em outros períodos.

A história editorial acrescenta um indício diferente. No balanço publicado em 2009, Ravest Mora inclui Lara entre os primeiros expositores da ocupação militar, ao lado de Tomás Guevara e Leandro Navarro, e observa que essas obras não haviam sido reeditadas (Ravest Mora, 2009, p. xvii-xviii). O longo intervalo sem reedição pode ter restringido a circulação em comparação com sínteses republicadas. A informação, contudo, não explica isoladamente as causas da restrição nem demonstra uma decisão coordenada de não consagração.

Na recuperação historiográfica, não houve esquecimento absoluto. Bengoa (2000) utiliza Lara entre os testemunhos de sua história do povo mapuche. Pinto Rodríguez (2003,

p. 235-245) mobiliza a *Crónica* ao discutir violência, resistência e a carta de Coñuepan. Ravest Mora (2009) a reconhece como uma das primeiras narrativas extensas sobre a ocupação. Huenchullán Arrué (2013, p. 52-79) recorre reiteradamente à obra e, ao contrapor a mensagem triunfal de Saavedra ao sofrimento registrado por Lara durante a ocupação de Angol, utiliza-a como contraevidência à versão administrativa da pacificação.

Usos recentes confirmam a continuidade dessa autoridade documental. Contreras Painemal (2021, p. 95-97) emprega Lara para reconstruir o episódio do ultimato de quarenta caciques ao ministro Manuel Recabarren, articulando a narrativa impressa a cartas preservadas em arquivo. Perucci González (2024) considera célebre e recorrente a descrição de Lara sobre o sofrimento das famílias mapuche em Angol e assinala sua ampla reutilização na crônica militar de Leandro Navarro. A obra permanece ativa como mediação entre documentos dispersos e problemas historiográficos contemporâneos.

A recepção crítica, contudo, atribuiu à obra um sentido oposto ao proposto neste artigo. Triviños (2003) interpreta a *Crónica* como apagamento da violência fundadora e deslocamento do humanismo de Ercilla para o elogio dos agentes da pacificação; Correa-Díaz (2008) retoma essa leitura no debate sobre as apropriações nacionais de *La Araucana*. Esse ramo da recepção impede tratar a qualificação de contranarrativa como consenso e confirma que o sentido político da obra permaneceu disputado.

A série qualitativa permite distinguir quatro modalidades. A celebração contemporânea valorizou a memória heroica; a classificação disciplinar selecionou informações etnográficas; a historiografia social, etno-histórica e diplomática reutilizou passagens como evidência da violência, da soberania e da negociação; a crítica literária enfatizou a teleologia nacionalizante. Nenhuma dessas modalidades equivale a desaparecimento. Em conjunto, elas demonstram circulação descontínua, seleção temática e conflito interpretativo.

Na atribuição retrospectiva de significado, cabe uma conclusão controlada. A narrativa pública chilena consagrou durante longo tempo a expressão *Pacificación de la Araucanía*, que reduz a visibilidade da conquista e da soberania anterior (Pinto Rodríguez, 2003; Seixlack, 2018). A *Crónica* oferece elementos para tensionar essa memória, mas emprega o mesmo léxico e celebra a integração. Sua circulação não produziria automaticamente uma memória alternativa, porque a própria fonte permanece ambivalente.

Silenciamento não designa, portanto, uma conspiração documental nem uma decisão intencional comprovada do campo historiográfico. O conceito nomeia a diferença entre preservação material, citação factual e centralidade interpretativa. Enunciados sobre a independência da Araucanía e a natureza conquistadora da ocupação podem perder força quando separados da composição geral da obra, ao passo que outras passagens são reiteradas. A formulação permanece hipotética no plano global da recepção e demonstrável apenas nas operações particulares de seleção, enquadramento e reinterpretação.

A sobrevivência dos volumes, a resenha de 1889, a catalogação de 1911, os registros patrimoniais, a digitalização e os usos entre 2000 e 2024 não anulam o problema do poder; impedem sua resolução antecipada. Uma história recepcional exaustiva ainda deverá comparar tiragens, catálogos, resenhas, citações, programas de ensino e coleções ao longo do tempo. Com o *corpus* atual, a conclusão metodologicamente sustentável é a de visibilidade desigual, apropriação seletiva e disputa de sentidos.

PARLAMENTOS E AGÊNCIA DIPLOMÁTICA MAPUCHE

Entre os elementos que conferem densidade política à narrativa de Lara está a documentação dos parlamentos hispano-mapuche. Esses encontros não aparecem apenas como episódios marginais de pacificação. Eles organizam uma longa duração de tratados, fronteiras, mediações e reconhecimentos recíprocos. Ao registrá-los, a *Crónica* preserva evidências de que o poder mapuche não se limitava à resistência militar: envolvia negociação, representação e capacidade de produzir compromissos.

A interpretação contemporânea de Alessandra Seixlack (2024, p. 260-261) permite formular esse problema sem transformar os parlamentos em simples instrumentos de submissão. A autora os analisa como instituições hispano-mapuche contingentes, constituídas no encontro entre mundos históricos distintos. A simetria da negociação não eliminava desigualdades materiais nem garantia estabilidade, mas indica que nenhuma das partes controlava previamente todos os termos do encontro.

Lara atribui ao Parlamento de Quilín, de 1641, um significado político forte. Para ele, o acordo “*equiválía a reconocer de hecho la independencia de Arauco*” e a admitir a incapacidade do exército espanhol de submetê-lo (Lara, 1889, t. 2, p. 48). A passagem conecta tratado e independência. Em vez de descrever o parlamento apenas como concessão benevolente da Coroa, reconhece que a negociação resultou da correlação de forças e da resistência mapuche.

A *Crónica* também acompanha a permanência de práticas parlamentares no século XIX. Lara registra grandes encontros convocados por comandos chilenos como meio de persuasão, prevenção de alianças e negociação após conflitos, incluindo o parlamento de Lumaco posterior à insurreição em Collipulli (Lara, 1889, t. 2, p. 313-314, 354-355). A continuidade mostra que, mesmo durante o avanço republicano, as autoridades não operavam sobre um vazio político. Precisavam tratar com lideranças dotadas de capacidade de mobilização e decisão.

Essa documentação sustenta a categoria de agência mapuche de forma mais concreta do que uma atribuição genérica de protagonismo. Agência, aqui, não significa liberdade plena diante da expansão estatal. Refere-se à capacidade historicamente situada de formular demandas, controlar alianças, negociar fronteiras, adaptar recursos letrados e impor custos políticos e militares ao adversário. O reconhecimento dessa capacidade não elimina coerção, assimetria ou derrota; evita apenas que os mapuche sejam reduzidos a objetos passivos da política chilena.

As secretarias mapuche estudadas por Seixlack (2018) reforçam esse quadro. *Lenguaraces*, escribas e *longkos* participavam da tradução, redação, circulação e controle de correspondências. A escrita não era apenas tecnologia externa recebida passivamente, mas recurso apropriado em estratégias próprias. A *Crónica*, ao recorrer a cartas e arquivos da fronteira, conserva vestígios dessas práticas, embora muitas vezes os apresente por meio da cadeia de custódia estatal.

Não se deve, por isso, transformar Lara em precursor da cosmopolítica. A categoria pertence ao debate historiográfico contemporâneo, e seu uso por Seixlack (2024) procura tornar visíveis relações entre mundos que não podem ser reduzidas à ontologia estatal. Lara opera em outro horizonte. Ele reconhece independência, diplomacia e resistência, mas conclui sua narrativa com a integração territorial e utiliza a oposição civilização-barbárie. A proximidade entre suas evidências e problemáticas atuais não implica identidade conceitual.

A análise dos parlamentos confirma a definição relacional de contranarrativa. Contra a representação dos mapuche como incapazes de política, Lara registra tratados e interlocução. Contra a ideia de território naturalmente chileno, reconhece fronteiras e independência. Entretanto, ao representar essas instituições como parte de um ciclo

heroico encerrado, reinscreve a agência indígena no passado. O valor historiográfico da *Crónica* não depende de eliminar essa contradição, mas de explicá-la.

CONCLUSÃO

A leitura articulada dos dois tomos da *Crónica de la Araucanía* permite delimitar o problema com maior precisão. Operações documentais e enunciados específicos funcionam como contranarrativa parcial à historiografia nacional chilena porque reconhecem a Araucanía como espaço politicamente independente, registram a agência diplomática mapuche e tornam a ocupação republicana legível como guerra e conquista. Essa intervenção não define o sentido total da obra: contradiz a naturalização territorial e a redução dos mapuche à incapacidade política sem romper com o horizonte civilizatório do século XIX.

Os mesmos procedimentos que produzem o deslocamento estabelecem seus limites. As vozes indígenas são selecionadas e enquadradas pelo autor; a heterogeneidade documental não implica igualdade entre saberes; o léxico de raça, civilização e barbárie permanece ativo; e a arquitetura narrativa transforma três séculos de autonomia na *leyenda heroica de tres siglos* concluída pela integração estatal. Lara documenta a soberania e, ao mesmo tempo, organiza seu encerramento.

A posição do autor no espaço fronteiriço também deve ser compreendida por essa ambivalência. O acesso a arquivos militares e a interlocução com agentes da ocupação ampliaram sua base documental, mas o inseriram nas relações de poder que tornaram a obra possível. A *Crónica* não é a voz exterior de um observador imune ao Estado. É um artefato produzido dentro da fronteira administrada, capaz de expor contradições do processo justamente porque reúne documentos de seus diferentes participantes.

Quanto à recepção, as evidências afastam o apagamento absoluto. A resenha mexicana de 1889 comprova acolhimento transnacional inicial; Porter registra apropriação disciplinar em 1911; Bengoa, Pinto Rodríguez, Huenchullán Arrué, Contreras Painemal e Perucci González reutilizam Lara em problemas históricos distintos; Triviños e Correa-Díaz contestam seu sentido político. O percurso não é linear: alterna celebração, classificação, uso documental e crítica. A hipótese de silenciamento deve ser entendida como problema de seleção e centralidade interpretativa, não como conclusão generalizável a todo o campo historiográfico chileno.

O principal limite da pesquisa está na ausência de uma série bibliométrica e editorial contínua. Não foram examinados exaustivamente tiragens, reedições, inventários de bibliotecas, programas universitários e citações ao longo de todo o século XX. Esse levantamento é necessário para determinar ritmos, espaços e agentes da circulação. A amostragem estratificada aqui construída, contudo, já permite substituir a oposição entre presença e esquecimento por uma tipologia de apropriações historicamente situadas.

A contribuição da análise reside menos no resgate de um autor supostamente desaparecido do que na demonstração de como uma narrativa pode reconhecer a ação política indígena e simultaneamente subordiná-la à temporalidade nacional. A *Crónica de la Araucanía* torna visível a disputa entre soberania negociada, conquista militar e escrita da história. Sua ambivalência não reduz seu valor documental; constitui o objeto histórico a ser explicado.

REFERÊNCIAS

ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (coord.). **Inventando la nación: Iberoamérica siglo XIX**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2003.

ARCHIVO HISTÓRICO DE CONCEPCIÓN. **Pueblos originarios en el Biobío: periodo colonial y temprana República**. Concepción, 2019. Disponível em: <https://www.archivohistoricoconcepcion.cl/minisitios/economia-y-sociedad/pueblos-originarios-en-el-biobio-periodo-colonial-y-temprana-republica/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

BENGOA, José. **Historia del pueblo mapuche: siglos XIX y XX**. 6. ed. corr. Santiago: LOM Ediciones, 2000.

CONTRERAS PAINEMAL, Carlos. **Los tratados celebrados entre la República de Chile y la Sociedad Mapuche**. Santiago: Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Físicas y Matemáticas, Estudios Transversales en Humanidades para las Ingenierías y Ciencias; Centro de Documentación e Investigación Indígena RUCADUGUN, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34720/gkdg-mw32>. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/184589>. Acesso em: 27 jul. 2026.

CORREA-DÍAZ, Luis. América y Cervantes/El Quijote: el caso de Chile. **Revista Chilena de Literatura**, Santiago, n. 72, p. 127-147, abr. 2008. DOI: <https://doi.org/10.4067/S0718->

22952008000100006. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22952008000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 27 jul. 2026.

CRÓNICA de la Araucanía. **Revista Nacional de Letras y Ciencias**, México, ano 2, p. 206-208, 1889. Disponível em: https://archive.org/details/revistanacional00unkngoog/page/211/mode/2up?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 27 jul. 2026.

FIGUEROA, Pedro Pablo. **Diccionario biográfico de Chile**. 4. ed. Santiago: Imprenta y Encuadernación Barcelona, 1897. t. 2. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-7929.html>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FONDO BIBLIOGRÁFICO VALENTÍN LETELIER. **Catálogo de la colección por materia**. Linares: Liceo Bicentenario Valentín Letelier Madariaga, 2017. Disponível em: <https://se48a0781ff492e6d.jimcontent.com/download/version/1529433945/module/8723885475/name/CAT%C3%81LOGO%20BIBLIOTECA%20PATRIMONIAL%20VALENT%C3%8DN%20LETELIER.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 27 jul. 2026.

HUENCHULLÁN ARRUE, Carolina. **Deconstrucción nacionalista del otro y la representación de la nación mapuche (Gulumapu) en Chile durante la segunda mitad del siglo XIX**. 2013. Tese (Doutorado em História, menção em Etno-história) – Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad de Chile, Santiago, 2013. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/209205>. Acesso em: 27 jul. 2026.

LARA, Horacio. **Crónica de la Araucanía: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica: leyenda heroica de tres siglos**. Santiago: Imprenta de El Progreso, 1888. t. 1. Disponível em: https://www.archivohistoricoconcepcion.cl/wp-content/uploads/2022/04/01.Cronica_de_la_Araucania_tomo_I_Horacio_Lara.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

LARA, Horacio. **Crónica de la Araucanía: descubrimiento i conquista, pacificación definitiva i campaña de Villa-Rica: leyenda heroica de tres siglos**. Santiago: Imprenta de El Progreso, 1889. t. 2. Disponível em: <https://www.archivohistoricoconcepcion.cl/wp->

content/uploads/2022/04/02.Cronica_de_la_Araucania_tomo_II_Horacio_Lara.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

LEVI, Giovanni. A História: ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre (org.). **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 23-40.

PERUCCI GONZÁLEZ, Cristián. El ciclo táctico diplomático chileno-wenteche (arribano) de 1864-1867: preámbulos de la anexión del Malleco. **Estudios Atacameños**, San Pedro de Atacama, v. 70, p. 1-30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22199/issn.0718-1043-2024-0003>. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-10432024000100301&script=sci_arttext. Acesso em: 27 jul. 2026.

PINTO RODRÍGUEZ, Jorge. **La formación del estado y la nación, y el pueblo mapuche: de la inclusión a la exclusión**. 2. ed. Santiago: Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2003.

PORTER, Carlos E. Bibliografía chilena de antropología i etnología. **Boletín del Museo Nacional de Chile**, Santiago, v. 3, n. 2, p. 401-441, 1911. Disponível em: <https://archive.org/details/boletin-del-museo-nacional-de-historia-natural-chile-3-310-555>. Acesso em: 27 jul. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South**, Durham, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/23906>. Acesso em: 27 jul. 2026.

RAVEST MORA, Manuel. Arauco... siempre Arauco. In: SAAVEDRA, Cornelio. **Documentos relativos a la ocupación de Arauco, que contienen los trabajos practicados desde 1861 hasta la fecha**. Santiago: Cámara Chilena de la Construcción; Pontificia Universidad Católica de Chile; Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2009. p. ix-lix. Disponível em: <https://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/colecciones/BND/00/SM/SM0000587.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2026.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/k5MsKMHv6ZQvPsF5vqvdkpB/>. Acesso em: 27 jul. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. **Entre a Araucanía maldita e o deserto indômito: debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucanía no Chile e a Conquista do Deserto na Argentina**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2018.

SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. Os parlamentos hispano-mapuche no período colonial: um exercício de interpretação histórica à luz da cosmo-história e da cosmopolítica. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 35, p. 245-266, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/revmar.2024.78301>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/78301>. Acesso em: 27 jul. 2026.

TRIVIÑOS, Gilberto. La hermosa y decisiva conquista de la Araucanía. In: RODRÍGUEZ, Mario; LASTRA, Pedro (ed.). **Félix Martínez Bonati: homenaje**. Concepción: Editorial Universidad de Concepción, 2003. p. 239-251.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past: power and the production of history**. Boston: Beacon Press, 1995.

VICUÑA MACKENNA, Benjamín. **La conquista de Arauco: discurso pronunciado en la Cámara de Diputados en su sesión de 10 de agosto**. Santiago: Imprenta del Ferrocarril, 1868. Disponível em: https://archivohistoricoconcepcion.cl/wp-content/uploads/2022/04/07.La_conquista_de_Arauco_discurso_de_Benjamin_Vicuna_Mackenna.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.